

2016

RELATÓRIO DE ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA

INCÊNDIO FLORESTAL EM ALDEIA NOVA

CONCELHO:
Fornos de Algodres
Trancoso



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

Título: Relatório de Estabilização de Emergência do Incêndio Florestal de Aldeia Nova

Edição: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Autor: Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, IP

Texto: Departamento de Conservação da Natureza e Florestas
do Centro

Imagens: Departamento de Conservação da Natureza e
Florestas do Centro

Edição: Setembro de 2016



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

ÍNDICE

1. SUMÁRIO	4
1.1. Nota introdutória	4
1.2. Objetivo	5
2. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO	6
2.1. Área ardida total	6
2.2. Área ardida por concelho	7
2.3. Área ardida por uso do solo e por concelho.....	8
3. MEDIDAS PARA ESTABILIZAÇÃO DE EMERGÊNCIA.....	10
ANEXOS	13



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

1. SUMÁRIO

1.1. NOTA INTRODUTÓRIA

No distrito de Guarda, no dia 07 de Agosto teve início um incêndio florestal no local de Aldeia Nova, concelho de Trancoso, tendo atingindo também o concelho Fornos de Algodres, resultando numa área ardida conjunta de 1.388,50 ha.

A ocorrência teve início na freguesia de Aldeia Nova, no dia 07 de Agosto, pelas 15h24min, correspondendo à ocorrência da ANPC nº 2016090024143 e foi encerrado no dia 10 de Agosto de 2016.

Desta forma, estima-se que será necessário proceder à recuperação de uma vasta área de povoamentos florestais, bem como, à proteção e reabilitação das principais linhas de água, encostas e da rede viária florestal.

O presente documento resulta do trabalho conjunto entre o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e dos técnicos dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) Fornos de Algodres e Trancoso, pretendendo dar a conhecer, de uma forma expedita e imediata, o enquadramento das situações, seus impactes e propostas de estabilização.

Numa vertente exclusivamente biofísica, a recuperação de áreas ardidas envolve, tradicionalmente e para os sistemas florestais de silvicultura não intensiva, três fases distintas:

- A primeira, muitas vezes designada como de “estabilização de emergência”, decorre logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate ao incêndio e visa não só o controlo da erosão e a proteção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infraestruturas e das estações e habitats mais sensíveis;
- Segue-se uma fase de “restauro e reabilitação”, nos dois anos seguintes, em que se procede à avaliação dos danos e da reação dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, a ações de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis;
- Na terceira fase, de “longo prazo”, são planeados e implementados os projetos definitivos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

Não existem procedimentos normalizados relativamente às duas primeiras fases, cuja implementação é da responsabilidade do proprietário florestal ou de entidades públicas em zonas especiais de gestão (perímetros florestais, áreas protegidas, albufeiras de águas públicas, etc.); são exceção os anos de épocas



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

severas de incêndios florestais, em que são instituídos mecanismos excecionais de apoio ao controlo da erosão, à recolha de salvados, à silvopastorícia, etc.

1.2 OBJETIVO

O presente relatório visa analisar as consequências do incêndio florestal que afetou os concelhos de Trancoso e Fornos de Algodres, o qual teve início no local de Aldeia Nova, concelho de Trancoso, pelas 15h24m, do dia 07 de agosto de 2016, correspondendo à ocorrência da ANPC nº 2016090024143 e foi encerrado no dia 10 de Agosto de 2016, para efeitos de estabilização da emergência, tal como previsto na alínea a), do número 1, do artigo 23º, da Portaria nº 134/2015, de 18 de maio, alterada pela Portaria nº 233/2016, de 29 de agosto.



2. CARCATERIZAÇÃO DA ÁREA PERCORRIDA PELO INCÊNDIO FLORESTAL

2.1. ÁREA ARDIDA TOTAL

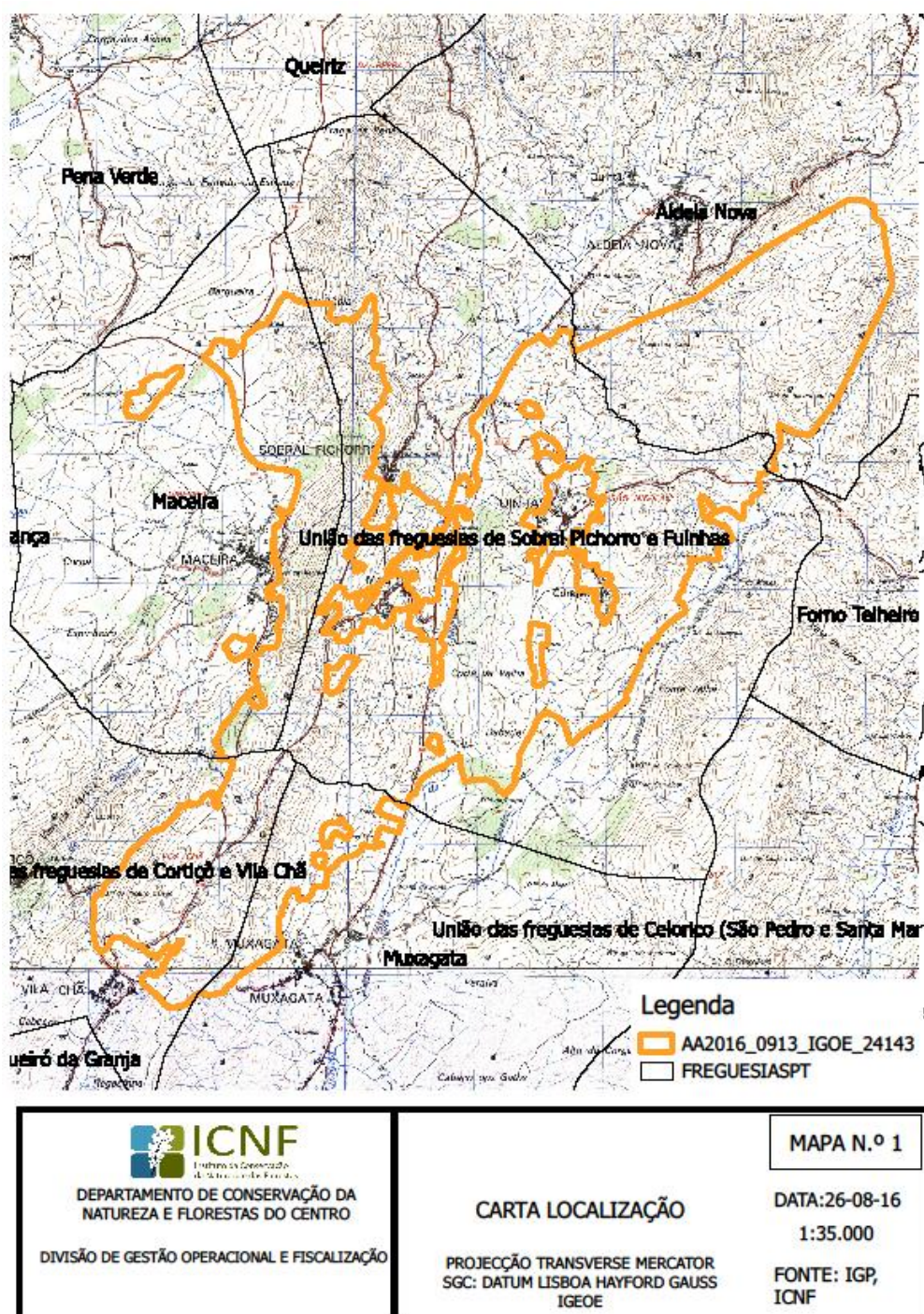
A avaliação rigorosa da área ardida, não só no que respeita aos perímetros afetados, mas também à severidade atingida pelos incêndios nas diferentes parcelas, constitui informação de base essencial para a avaliação dos danos e para a formulação do programa de recuperação.

Uma vez que se tratava de uma grande extensão territorial, o ICNF estabeleceu uma articulação conjunta com os Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) dos municípios afetados para efetuar a cartografia perimetral dos incêndios, estabelecendo contatos prévios com, no sentido de conjugar esforços para se efetuar uma correta delimitação dos perímetros ardidos, bem como a identificação das manchas interiores não ardidas.

Com base no levantamento dos perímetros efetuados no terreno, a superfície total ardida totaliza os 1.388,50 hectares, abrangendo os concelhos de Trancoso e Fornos de Algodres. No seguinte mapa ilustra-se a distribuição da área ardida pelos concelhos e pelas respetivas freguesias.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso



Mapa 1 – Enquadramento da área afetada pelo grande incêndio florestal



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

2.2. ÁREA ARDIDA POR CONCELHO

No quadro 1 são apresentadas as distribuições das áreas ardidas pelos respetivos concelhos e freguesias, sendo no concelho de Fornos de Algodres, freguesia de Sobral Pichorro e Fuinhas que se verifica a maior percentagem de área ardida, 50,13 %.

Quadro 1 – Distribuição das superfícies ardidas por concelho

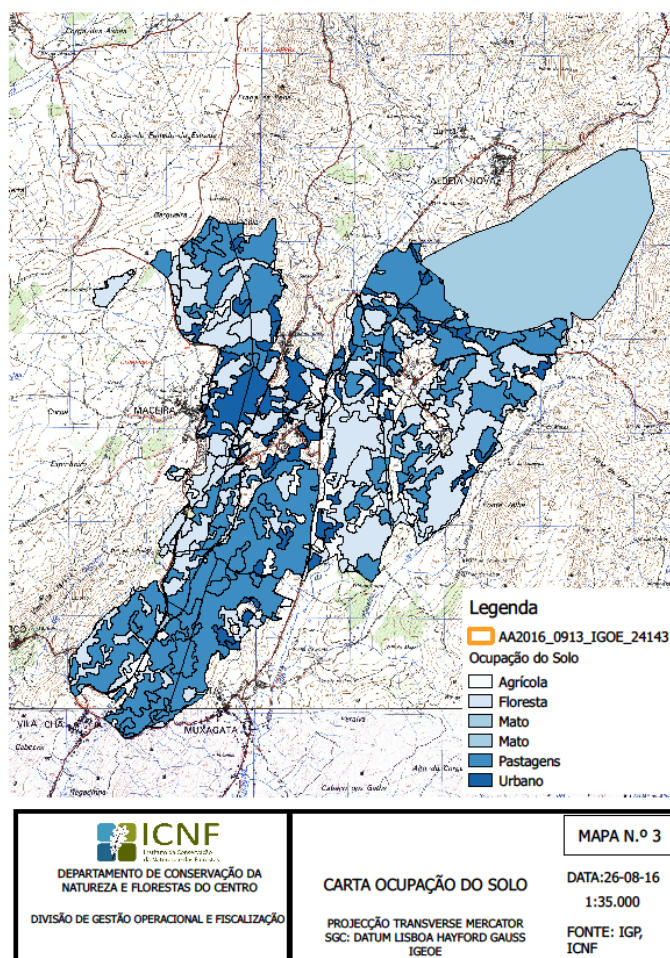
Concelho	Freguesia	Área Total (ha)	Área ardida (ha)	%
Trancoso	Aldeia Nova	2681,11	271,90	19,58
Fornos de Algodres	Sobral Pichorro e Fuinhas	1516,88	696,10	50,13
	Cortiço e Vila Chã	804,05	157,0	11,31
	Muxagata	996,05	81,03	5,85
	Maceira	806,05	182,20	13,12
Total			1388,50	100

2.3 ÁREA ARDIDA POR USO DO SOLO E POR CONCELHO

Tendo por base a carta de uso e ocupação do solo constantes nos Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios de Trancoso e Fornos de Algodres, verifica-se que 23,97% da área ardida estava ocupada por floresta, e 59,16% por incultos (áreas ocupadas por matos), conforme se pode visualizar no mapa 2 e no quadro 2.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso



Mapa 2 – Ocupação do solo na área ardida

Quadro 2 – Distribuição da ocupação do solo na área ardida, incêndio de Aldeia Nova

Concelho		Trancoso		Fornos de Algodres				
Freguesia		Aldeia Nova		Sobral Pichorro e Fuinhas	Cortiço e Vila Chã	Muxagata	Maceira	TOTAL
Áreas Sociais	ha	0,00		77,62	1,2	6,19	23,74	108,75
	%	0,00		71,37	1,10	5,69	21,83	7,83
Áreas Agrícolas	ha	0,00		88,74	29,04	2,17	5,47	125,42
	%	0,00		70,75	23,15	1,73	4,36	9,03
Incultos	ha	271,90		353,81	85,72	64,22	45,8	821,45
	%	33,10		43,07	10,44	7,82	5,58	59,16
Floresta	ha	0,00		175,94	41,04	8,7	107,2	332,88
	%	0,00		52,85	12,33	2,61	32,20	23,97
TOTAL		ha 217,90		696,10	157,00	81,29	182,20	1388,50

Os espaços percorridos pelo incêndio são maioritariamente ocupados por espaços florestais, representando 88,13%.



3. Medidas para estabilização de emergência

AÇÕES DE COMBATE À EROSÃO E CORREÇÃO TORRENCIAL

A avaliação rigorosa dos impactes e dos efeitos do fogo nos ecossistemas deverão averiguar as áreas em que o solo perdeu o seu coberto protetivo e também, a parte do seu horizonte superficial orgânico.

Existe uma janela de oportunidade muito curta para a execução de medidas preventivas, uma vez que frequentemente são as chuvas de Outono que possuem maior potencial erosivo. Neste sentido, as principais áreas de intervenção centram-se nas situações onde os impactos são mais significativos, nomeadamente:

- proteção e recuperação de linhas de água;
- proteção de encostas e áreas suscetíveis a forte erosão laminar ou ravinamentos;
- proteção de caminhos e faixas de interrupção de combustíveis (aceiros).

No âmbito das medidas de combate à erosão há ainda que salientar os seguintes aspetos:

- Nos trabalhos de campo deve sempre que possível proceder-se à confirmação dos locais e sub-bacias identificados como mais suscetíveis a fenómenos erosivos e torrenciais;
- Assume especial relevância uma monitorização permanente de toda a região abrangida, no sentido de o mais precocemente possível identificar focos nascentes de erosão (laminar ou por ravinamento) e adotar as necessárias medidas preventivas e corretivas, em especial no que toca à salvaguarda de infraestruturas (rede viária, etc.) e de vidas humanas;
- A interligação da rede hidrográfica com a rede viária existente e o normal funcionamento dos dispositivos hidráulicos dos caminhos florestais constituem pontos essenciais do esquema de monitorização e de prevenção da erosão;
- As intervenções realizadas no decurso do combate ao incêndio e que tenham envolvido técnicas com impacte no solo (p. ex., abertura de faixas de interrupção de combustível com lâmina) devem ser alvo de medidas específicas de mitigação dos seus efeitos erosivos;
- A intervenção no território, sobretudo no que toca à gestão e extração do arvoredo queimado, deve sempre incorporar medidas de prevenção de erosão.

As técnicas a utilizar variam para cada situação, devendo os técnicos selecionar as mais apropriadas, após uma rigorosa avaliação prévia do local e da relação custo-benefício da intervenção a propor, tendo em consideração neste caso os valores existentes a jusante.

O eventual recurso a apoios financeiros públicos no âmbito quadro comunitário de apoio, deve ter sempre em consideração os períodos de tempo que decorrem entre a decisão de intervenção e a sua efetiva concretização, o que é particularmente importante nas intervenções que assumam maior urgência.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

A gestão das galerias ribeirinhas deverá ter em atenção, por um lado, a maior importância e sensibilidade ecológica destes espaços e, por outro, a necessidade de evitar que estas formações se transformem em corredores preferenciais na propagação dos fogos, como vem sucedendo com alguma frequência, devido quer à sua posição topográfica, quer à elevada densidade e continuidade de combustível, quer ainda à alta inflamabilidade em condições climatéricas e edáficas desfavoráveis.

Deverão, ainda, ser estritamente respeitadas as faixas de proteção às linhas de água estabelecidas no âmbito do regime do domínio hídrico.

Constituem princípios gerais de intervenção após incêndio em galerias ribeirinhas:

1. Favorecer a regeneração natural dos diferentes estratos de vegetação.

Os sistemas ribeirinhos mediterrânicos são caracterizados por uma forte capacidade regenerativa pós-incêndio, resultado de milhões de anos de evolução num contexto em que o fogo é um dos mais poderosos fatores ecológicos. Numa situação normal, a regeneração das espécies lenhosas é imediata, a partir do sistema radicular não afetado, o mesmo sucedendo com as espécies vivazes; as espécies anuais características da região surgirão após as primeiras chuvas do Outono.

As intervenções deverão centrar-se na limpeza e desobstrução das margens e leitos dos cursos de água, nos casos em que tal impeça o normal fluir dos caudais ou propicie um elevado risco de agravamento das condições fitossanitárias ou de perigo de incêndio.

A condução destas formações deverá favorecer a rápida recuperação das formações clímax, de forma a garantir a descontinuidade horizontal e vertical dos combustíveis dos níveis arbustivo, herbáceo.

2. Rearborizar através de plantação/sementeira artificiais apenas em casos excepcionais.

A regeneração artificial de bandas ribeirinhas apenas deverá ser realizada quando se verificar uma destruição total da vegetação pré-existentes ou quando a situação pré-existente se caracterizava já por uma acentuada degradação, por exemplo sem a presença de estrato arbóreo/arbustivo, com dominância de espécies exóticas invasoras.

Poderá ser recomendada, ainda, em ações integradas de combate à erosão ou de correção torrencial.

3. Interditar a utilização de material vegetal não originário da vizinhança imediata do troço do curso de água.

Atendendo à notável variedade genética e originalidade de muitas formações florestais ribeirinhas, o material vegetal a utilizar (sementes, estacas, plântulas) deverá ser proveniente de bandas ripícolas das imediações do local a regenerar. A não observância deste preceito poderá acarretar o empobrecimento ecológico e a poluição genética irreversível de numerosas espécies características dos ecossistemas afetados, especialmente ao nível dos géneros mais suscetíveis à hibridação.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

4. Atender à composição e estrutura das formações florestais características da região

O acompanhamento da regeneração natural da vegetação ribeirinha deverá ter como referência as formações características da região intervindo, sempre que for necessário, ao nível da eliminação de espécies exóticas invasoras, da gestão hidráulica, etc.

As ações previstas neste relatório observam a legislação em vigor e devem ser enquadradas no âmbito da proteção civil, da gestão dos recursos hídricos e da conservação de habitats e espécies classificados.

RECUPERAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

A rede viária florestal não foi diretamente afetada e, localmente, pela presença de máquinas no terreno e necessidade da sua beneficiação durante o combate ao incêndio, até terá sido melhorada. Na área do incêndio foi destruída sinalética vária, nomeadamente sinais de trânsito, caça e toponímica.

Deve ser garantida uma monitorização mais intensa nos próximos meses, identificando necessidades de reforço das estruturas, já que com a ocorrência das primeiras chuvas poderá ser essencial beneficiar os sistemas hidráulicos – valetas e aquedutos, pelo previsível aumento de escorrência superficial das águas, criando alguns onde tal se verifique necessário. Poderá ser necessária a estabilização de taludes e aterros para prevenir deslizamentos de terras.

A queda de arvoredo de grande porte queimado ou entretanto debilitado constitui um risco acrescido para o trânsito na rede viária que atravessam povoamentos ou que possuam arvoredo de alinhamento. Com vista a reduzir esse risco, os troços das rodovias nacionais, municipais e vicinais que possuam arvoredo contíguo deverão ser sujeitos a vigilância especial pela entidade gestora com os objetivos de:

Serem identificadas necessidades de intervenção, para cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art.º 36.º do Decreto-Lei n.º 124/2006 (remoção de materiais queimados numa faixa mínima de 25 m para cada lado das faixas de circulação);

Notificação dos proprietários responsáveis por essa remoção.

As ações são enquadradas pelo Decreto-Lei n.º 124/2006, pelos regimes legais da rede viária nacional e municipal e pela legislação de proteção civil.

Neste sentido, propõem-se na “Ficha de Identificação de necessidade de intervenção de estabilização de emergência após incêndio” (anexos) as medidas e ações de emergência e estabilização específicas acompanhadas de estimativa de custos, para os concelhos abrangidos pelo incêndio.



Relatório de Estabilização de Emergência Incêndio Florestal de Fornos de Algodres e Trancoso

ANEXO I – Fornos de Algodres e Trancoso



Ficha de identificação de necessidades de intervenções de estabilização de emergência pós-incêndio (operações com escala territorial relevante) Portaria nº 134/2015, artigo 21º

1- Incêndio

Área (ha)	1.388,500	Data Inicio	07-08-2016
Concelho	Fornos de Algodres e Trancoso	Data Fim	10-08-2016
Distrito	Guarda	NUT III	Beiras e Serra da Estrela

2 - Parcelas de intervenção

Parcela n.º	1	Elemento fisiográfico do terreno	
Área (ha)	1.389	Encostas	x
Local	Aldeia Nova	Linhas de água	x
Freguesia	União de Freguesias de Sobral Pichorro e Fuinhas, União de Freguesias de Cortiço e Vila Chã, Freguesia de Muxugata, Freguesia de Maciera e Freguesia de Aldeia Nova (Trancoso)	Rede viária	x
Concelho	Fornos de Algodres e Trancoso	Outro	

3- Tipo de intervenção

Recuperação de infraestruturas afectadas

	Unidade	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
Recuperação e tratamento de rede viária	km	5	2.500,00 €	12.500,00 €
Recuperação de troços de rede primária e secções da rede secundária de FGC	hectare			
Recuperação de pontos de água	nº			
Recuperação de cercas para proteção dos povoamentos	hectare			
Substituição de sinalização danificada	nº			
				12.500,00 €

Controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas

Aquisição ou corte e processamento de resíduos orgânicos/florestais	hectare			
Instalação de barreiras de resíduos florestais, troncos e outros	hectare	5	1.000,00 €	5.000,00 €
Abertura de regos segundo curvas de nível	hectare			
Rompimento da camada do solo repelente à água	hectare			
Tratamento do solo para melhoria das suas características	hectare			
				5.000,00 €

Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água

Regularização do regime hidrológico das linhas de água	hectare	20	2.000,00 €	40.000,00 €
Obras de correção torrencial de pequena dimensão	nº	10	550,00 €	5.500,00 €
				45.500,00 €

Diminuição da perda de biodiversidade

Aproveitamento da regeneração natural	hectare			
Instalação, através de sementeira ou plantação	hectare			
Instalação de elementos de descontinuidade, tais como faixas de gestão de com	km			
Controlo de espécies invasoras	hectare			
Aquisição e instalação de proteções individuais de plantas	nº			
Instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem	nº			
				0,00 €
Total				63.000,00 €

4- Observações: